

A EXCLUSÃO DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIAS E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

*Brenda Emilly Rocha Martins
Antoniele Silvana de Melo Souza
Elcimar Simão Martins*

Resumo

O estudo tem como objetivo refletir sobre a exclusão de discentes com deficiências e as possibilidades de intervenção pedagógica para uma educação inclusiva. Compreendemos que a prática pedagógica é a atividade que permite aos educadores avaliar as possibilidades em sala de aula, e assim, estabelecer o vínculo com os discentes, particularmente, sujeitos com deficiência que a adequação da prática pedagógica possa garantir o direito à educação e ao processo de ensino e aprendizagem. Com a abordagem qualitativa, a pesquisa procurou fornecer discussões que facilitaram a observação das realidades socioeducacionais. Portanto, o estudo possibilitou compreender que a práxis, como elemento exclusivo e propulsor do trabalho pedagógico docente no âmbito escolar, algo que inclui também a importância do significado da atividade educacional entre a relação do docente e sujeito como fundamento para o ensino e aprendizagem, e assim, os discentes envolvidos puderam relacionar essa vivência as conquistas pessoais, sociais, constatando como percepção para a diminuindo a exclusão existente.

Palavras-chave: Estudantes com Deficiência; Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas.

THE EXCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES AND THE POSSIBILITIES OF PEDAGOGICAL INTERVENTION FOR AN INCLUSIVE EDUCATION

Abstract

The study aims to reflect on the exclusion of students with disabilities and the possibilities of pedagogical intervention for an inclusive education. We understand that the pedagogical practice is the activity that allows educators to evaluate the possibilities in the classroom, and thus, establishes the bond with the students, subjects of priorities in the teaching and learning process, mainly, in the face of special needs. With a qualitative approach, the research seeks to provide discussions that facilitated the observation of socio-educational realities. Therefore, the study made it possible to understand that praxis, as an exclusive and driving element of the teaching pedagogical work in the school context, something that also includes the importance of the meaning of the educational activity between the relationship between the teacher and the subject as a foundation for teaching and learning, and thus, the students involved were able to relate this experience to personal and social achievements, verifying the existing exclusion as a perception to reduce it.

Keywords: Disability; Inclusive education; Pedagogical practices.

LA EXCLUSIÓN DE LOS ALUMNOS CON DISCAPACIDAD Y LAS POSSIBILIDADES DE INTERVENCIÓN PEDAGÓGICA PARA UNA EDUCACIÓN INTEGRADORA

Resumen

El estudio pretende reflexionar sobre la exclusión de los alumnos con discapacidad y las posibilidades de intervención pedagógica para una educación inclusiva. Entendemos que la práctica pedagógica es la actividad que permite a los educadores evaluar las posibilidades en el aula, y así establecer un vínculo con los estudiantes, en particular aquellos con discapacidad, para que la adecuación de la práctica

pedagógica pueda garantizar el derecho a la educación y el proceso de enseñanza y aprendizaje. Utilizando un enfoque cualitativo, la investigación buscó proporcionar discusiones que facilitaron la observación de las realidades socioeducativas. Por lo tanto, el estudio permitió comprender que la praxis, como elemento exclusivo y motor del trabajo pedagógico de los profesores en el ámbito escolar, algo que también incluye la importancia del significado de la actividad educativa entre la relación del profesor y el sujeto como base para la enseñanza y el aprendizaje, y así, los estudiantes involucrados fueron capaces de relacionar esta experiencia con los logros personales y sociales, señalando como una percepción para reducir la exclusión existente.

Palabras clave: Discapacidad; Educación inclusiva; Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

“Visão sem ação não passa de um sonho. Ação sem visão é só um passatempo. Visão com ação pode mudar o mundo.”

(Joel Arthur Barter)

Ao longo da história da humanidade nos deparamos com a forma em que as pessoas com deficiência eram tratadas, muitas vezes, com depreciações, principalmente para caracterizá-las como loucas, inúteis e vistas com desdém ou menosprezo por parte da sociedade. Assim, além do tratamento, até mesmo os termos que definem a deficiência foram se adequando à evolução da ciência e da sociedade com o passar dos tempos. No âmbito escolar, foi apenas na segunda metade dos anos 1990 que se tentou iniciar um novo paradigma educacional: a escola inclusiva junto à educação inclusiva, com o apoio do professor no âmbito educativo.

Vivemos em um país com mais de 50 milhões de pessoas pobres, marcado por injustiças e uma profunda desigualdade econômica e regional, com a quarta pior distribuição de renda do mundo, ocupando a septuagésima quarta posição mundial no Índice de Desenvolvimento Humano em 2021, em que a ampliação das condições de deficiência e a redução de possibilidades de inclusão só parece se afastar mais ainda de nós (IDH, 2021). Um país que não chegou a desenvolver programas públicos suficientemente amplos de educação. Não contamos ainda com uma cobertura básica de direitos que configure um mínimo de cidadania, o que reflete no atendimento educacional à população com algum tipo de deficiência.

A escola em nossa sociedade para muitos podem significar o início da interação infantil com o saber estruturado, bem como a aquisição da verdadeira cidadania por estar exercendo um direito social. Logo, o percurso estudantil constitui a formação de pessoas que devem ser conscientes, críticas, participativas e com potencial para transformar a si e a sociedade, na realidade é ir além da transmissão de conhecimento.

O presente trabalho reflete sobre a exclusão de discentes com deficiências e as possibilidades de intervenção pedagógica para uma educação inclusiva. Procura enfatizar como o sentido de inclusão de alunos no processo da aprendizagem, pode apresentar influência nas intervenções positivas na escola e traz compreensões sobre a prática pedagógica com significância do indivíduo como fundamento das conquistas sociais para a promoção da cidadania de um povo.

Privilegiar a escola, como objeto de estudo e reflexão, significa assumi-la como uma instância responsável pela educação e instrução das novas gerações, e ao fazermos, outras instâncias como a família, comunidade, grupo social, não vão ter um papel tão significativo assim. Como Luckesi (1994) afirma, nenhuma filosofia e nenhuma pedagogia podem se realizar concretas sem algo que faça a mediação e embora a escola agregue funções, a função essencial dela é nada mais que mediar a cultura acumulada pela sociedade.

São muitos os desafios encontrados na educação inclusiva, o primeiro é o preconceito de terceiros e o sentimento de rejeição explícita no discente que deve ser incluído, a falta de recursos, e o não preparo de muitos profissionais dentro da escola. É necessário abandonar rótulos e classificações para termos mais possibilidades ao olhar para os discentes com alguma deficiência.

Nossa experiência profissional, seja na educação básica ou no ensino superior, revela a dificuldade de estudantes em se adaptar ao tradicionalismo educacional, notadamente aqueles que possuem algum tipo de deficiência. As práticas educacionais precisam ter direcionamentos específicos para superar as dificuldades de aprendizagens e de ensino, logo, necessitam de suporte e base na legislação que forneçam esse apoio ao professor. As práticas educacionais fazem parte de um conjunto de influências que devem primar o pedagógico em sentido amplo e a todos os sujeitos que participam dessa jornada educativa.

O problema da exclusão escolar não será resolvido a curto prazo e por apenas algumas pessoas, contudo, tendo em vista a necessidade de uma escola que aprenda a refletir criticamente em busca de inovação, temos de nos posicionar como intervencionistas da causa, construindo uma comunidade educacional cooperativa por meio de ações assertivas, atenuando-se para o exercício da cidadania por todos os discentes, sem exceção. Uma ótima intervenção, para além da sala de aula, é que através de políticas públicas o Estado deveria intervir nesse processo para manter a coesão social, já que as políticas públicas deveriam se ater a este segmento sem deixar que os demais aspectos fossem negligenciados.

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a exclusão de discentes com deficiências e as possibilidades de intervenção pedagógica para uma educação inclusiva. Logo, compreendemos que a prática pedagógica é a atividade que permite aos educadores avaliar as possibilidades em sala de aula, e assim, estabelece o vínculo com os discentes, sujeitos que merecem ser considerados no processo de ensino e aprendizagem, principalmente, respeitadas suas individualidades como inerentes do ser humano na sua individualidade.

Utilizamos para esse estudo de abordagem qualitativa, a pesquisa procurou fornecer discussões que facilitaram a observação das realidades socioeducacionais, além da utilização de bibliografias como Glat (2007), Carneiro (2012) e Gugel (2016), entre outros. Os conceitos utilizados se debruçam acerca da implementação de políticas públicas e inclusivas, a fim de promovendo a organização das escolas para fornecer apoio aos alunos, independentemente de suas habilidades e condições e o atendimento educacional prestado nas instituições. Observaremos a falha da visão estreita de educação como ensino e aprendizagem, para entendermos que a educação deve ser organizada para facilitar o aprendizado de cada aluno e a inclusão não é apenas a permanência em sala.

A prática pedagógica deve permitir aos educadores avaliar as possibilidades em sala, analisar o contexto das aprendizagens e rever a forma de ensino, já que nenhuma pedagogia pode se realizar concretamente sem algo que faça a mediação e por isso é necessário a reflexão do professor sobre o processo educativo.

Um olhar sobre a educação inclusiva

Nas últimas décadas do século XX, a educação inclusiva tem sido diretriz para algumas discussões no âmbito da Educação, desde os organismos internacionais até como influência para as temáticas nas políticas públicas no Brasil (MARTINS et al., 2018). Decerto, as políticas públicas no Brasil, ao implementar como política educacional a educação inclusiva no período em questão, demonstrava atender os princípios da redemocratização no país, algo afanado após a promulgação da Constituição e formulação da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/1996, sendo essa perspectiva um elemento que alçava discussões para efetivar-se nas estruturas educacionais.

Nesse entendimento, a importância da Educação Inclusiva é necessária para que poderemos alicerçar a concepção de Direitos Humanos e justiça social, e assim, respeitar o direito a dignidade como algo indissociável para liberdade cidadã e superação do descaso histórico que relegou o reconhecimento e conscientização da sociedade em relação às pessoas com deficiência para diversos aspectos da vida educacional e, conseqüentemente, produtiva.

As razões? Além daquelas históricas de marginalização, perpassando pela concepção de incapacidade para o trabalho ou de ser alvo exclusivo de tratamento caridoso e que levaram a pessoa com deficiência a ser alvo de discriminação, atualmente é a falta de cumprimento de comandos essenciais, dirigidos a qualquer cidadão: ter acesso e ser mantido na escola, com ensino de qualidade; ter meios de se qualificar profissionalmente; ter acesso adequado a bens e serviços; concorrer em igualdade de condições para um trabalho digno e produtivo. Se que devemos resistir a forma hostil e/ou menosprezada que se destinavam as pessoas com deficiência, ao muito presente na história da humanidade, devemos esteve com indícios no próprio tratamento ou designações que desvalorização suas capacidades e acentuavam suas limitações como inutilidade plena. (GUGEL, 2016, p. 30)

Na Constituição Federal do Brasil, visando contemplar a cidadania para todos, podemos perceber que no Art. 3º apresenta “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e no Art. 5º a garantia do princípio identificado como igualdade, explana que todos devem ser tratados “sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” (BRASIL, 1988).

Em continuidade, o artigo 205 da Constituição afirma que qualquer restrição ao acesso a um ambiente que reflita a diferença/diversidade social, e como forma de preparação para a cidadania, será uma diferença ou preferência que por si só limitará os direitos para essas igualdades de pessoas (TAFFAREL; CARVALHO, 2019; BRASIL, 1988).

Para além da sala de aula, devem-se haver mudanças no cerne do sistema; através de políticas públicas o Estado deveria intervir nesse processo, principalmente diante do cenário

atual, para manter a coesão social, já que as políticas públicas deveriam se ater a este segmento sem deixar que os demais aspectos fossem negligenciados (SOUZA; XIMENES; MEDEIROS, 2019).

Pondera-se que, as estratégias precisam ser pautadas no combate das desigualdades no acesso e prestação dos cuidados em saúde, salvaguardando a dignidade e direitos do público em questão (GUGEL, 2016). Observando a falha da visão estreita de educação como ensino e aprendizagem, será possível entender que a educação deve ser organizada para facilitar o aprendizado de cada aluno e a inclusão não é apenas a permanência em sala.

METODOLOGIA

Este estudo tem como objeto de estudo os alunos com deficiência percebidos como excluídos do processo de aprendizagem, por isso a observação dos docentes e os discentes em seu cotidiano escolar deverá ser considerado na abordagem qualitativa. Compreender a percepção experienciada no cotidiano em sala de aula, é poder demonstrar significados, emoções, sentimentos e sentidos, mesmo que sendo pessoais, são absorvidos de relações variadas, tanto no aprendizado familiar como no aspecto social. Por isso, a abordagem qualitativa foi escolhida para poder expressar e considerar esses aspectos subjetivos dos indivíduos envolvidos no estudo.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 14).

Elegemos a pesquisa de abordagem qualitativa, haja vista que esse tipo de estudo nos permitiu compreender a complexidade e os detalhes das informações acerca do tema. Este trabalho priorizou um estudo exploratório, procurando analisar a educação especial através de uma pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo com observações e entrevistas, considerando os estudantes com deficiência.

Neste estudo, optamos por utilizar a observação e entrevista como estratégias de aproximação com a realidade. O estudo exploratório priorizou discentes e docentes de uma escola pública, considerando os alunos com deficiência, a formação dos presentes do corpo estudantil, a visão das práticas pedagógicas dos professores. Consideramos, portanto, que o objeto de estudo deve ser constantemente revisado, a fim de que a pesquisa signifique apreender leituras, reflexões, questionamentos e interlocuções críticas com o material (LIMA; MIOTO, 2007).

Abordagem da pesquisa

Como a pesquisa é de abordagem qualitativa, fomos a campo e buscamos reunir informações sobre as práticas pedagógicas a partir das vozes dos sujeitos envolvidos, professores, pais e alunos. As reflexões realizadas pelos sujeitos da pesquisa serviram como fontes e suas percepções como elementos capazes de promover conhecimentos sobre o campo da ciência e da abordagem indicada.

Ao realizar as observações no contexto escolar, pesquisas e entrevistas com o corpo docente para, assim, trazer reflexões acerca da prática pedagógica. Neste estudo, optamos por utilizar a observação e entrevista como instrumento de coleta de dados. Para Gil (2008), as entrevistas possibilitam o acesso às realidades vivenciadas pelos atores sociais. Assim, a compreensão do que se observa passa a ampliar novos conhecimentos a fim de ganhar a melhor contribuição para um determinado projeto. As entrevistas foram realizadas pessoalmente e serão trazidas em formato de texto corrido e servirá para parâmetros de reflexões.

O método se tornou relevante para atingir o objetivo proposto, pois for capaz de fornecer respostas que facilitaram a observação das realidades sociais envolvidas em determinados indivíduos, diz-se e dada a colocação no estudo atual, esta pesquisa não pode ser qualquer outra senão uma pesquisa qualitativa.

Sujeitos e local da pesquisa

A pesquisa foi realizada numa instituição da rede escolar municipal de Fortaleza, nas séries do primeiro ano A e B do ensino fundamental. A escola possui a infraestrutura adequada e conta com quadra de esportes coberta, biblioteca, parque infantil e auditório. Outro ponto que cabe destacar é que a instituição fornece alimentação escolar para os alunos, sendo o cardápio acompanhado por nutricionistas, água filtrada, abastecimento de água tratada, energia e esgoto da rede pública, e apresenta acesso à internet e banda larga para o suporte das atividades administrativas e docentes. Conta com 17 salas de aulas, sala de diretoria, professores e secretaria. Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atende com aulas no período da manhã e tarde com 6 turmas, com a média de 6 alunos por turma.

Durante a realização da pesquisa, foram observados docentes e os discentes em sala de aula, pode-se tomar nota em relação aos tópicos e questões abordados durante o trabalho. As salas de aula observadas possuem juntas 45 alunos, mas apenas uma média de 20 alunos frequentes por dia frequentam as aulas diariamente no primeiro ano A e B.

Em relação ao Autismo, na turma A temos 01 aluno com autismo diagnosticado, na turma B também temos outro estudante, contudo, diferente do da primeira turma, este não consegue socializar nem realizar as atividades diárias. Com TDAH, na turma A temos 01 aluno diagnosticado e outro que demonstra as mesmas especificidades, contudo, não houve um retorno dos pais em relação à procura do diagnóstico.

Sobre os alunos com dificuldade de locomoção, na turma A temos 01 discente com dificuldade na locomoção, anda devagar e mal consegue subir as escadas que dão acesso a sua sala, situação que dificulta sua mobilidade e acesso livre e autônomo nas estruturas física escolar; e na turma B há 01 aluno com deficiência auditiva, e o mesmo usa o aparelho auditivo e não apresenta o bilinguismo com as LIBRAS.

Conseguiu-se realizar entrevista com 03 professoras, o coordenador da escola e 04 responsáveis pelos alunos. Para a operacionalização da coleta de dados, optou-se por realizar a entrevista com os pais por meio de uma entrevista informal e individual devido ao tempo e afazeres dos mesmos. Em relação às professoras, a entrevista foi realizada num único momento, pois durante o processo construímos uma roda de conversa sobre as diversidades

encontradas no cotidiano das professoras entrevistadas. Do coordenador foi feito no momento inicial quando realizamos a apresentação da pesquisa.

Em relação ao corpo funcional docente, sobre as três professoras entrevistadas no momento da roda de conversa, duas são temporárias, e uma é efetiva. Todas possuem mais de 25 anos e possuem graduação em pedagogia. Além dos cursos superiores de cada profissional, foi questionado sobre a formação continuada e apenas uma possui pós-graduação em educação inclusiva. Em relação à carreira profissional, apenas uma possui experiência de mais de cinco anos em sala de aula. Já as outras duas possuem em torno de um / dois anos. O coordenador possui formação em história e formações completares referente a projetos e a gestão escolar.

Na oportunidade das entrevistas, foi esclarecido que as informações seriam transcritas e seriam utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, preservando a identidade dos participantes. Após a entrevista, foi feita a transcrição e leitura das informações, coleta e observação dos dados obtidos. Posto isto, os dados foram analisados qualitativamente, possibilitando a organização das informações perpassando por quatro tópicos: os alunos, os professores, a gestão e os familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas, tanto as individuais como as que foram realizadas como roda de conversa, estão sendo apresentadas no estudo em momentos diretos ou literal em relação às respostas e outros momentos no sentido indireta explicando a resposta do entrevistado.

Portanto, o tópico em referência procurou sintetizar e demonstrar a percepção e, algumas vezes, os significados da temática reconhecidos pelos entrevistados, a essa postura tomamos como relevante por considerar a forma da subjetividade de cada sujeito, esse como ser histórico e reflexivo em seu tempo e espaço.

Profissionais da escola

Com relação ao questionamento inicial, abordamos a temática sobre a gestão escolar, na entrevista com os profissionais docentes, foi perceptível nas respostas, quão democrática é a gestão dessa escola em questão. De maneira mais nítida, a professora 01 explica sua concepção sobre a gestão e a democracia no âmbito escolar.

Aqui temos liberdade para conversar e sermos ouvidas, o coordenador é sempre disponível e o nosso planejamento é bem livre. Todos são ouvidos nas reuniões e sabemos quando algo não pode ser feito por não se tratar só de questões que estão no alcance deles. (Professora 01).

Logo, na entrevista com o gestor, ao ser questionado sobre os métodos, salientou que a escola com suas práticas pedagógicas, administrativas e sociais cria e possibilita maneiras, mecanismos e propostas que são capazes de promover a transformação na educação proporcionada aos alunos. No relato, o professor continua a transmitir uma percepção de que todos da gestão são incluídos, procuram superar as dificuldades e barreiras que possam limitar as deficiências físicas, culturais, sociais e ideológicas no contexto escolar.

Nesse entendimento, o relato do professor e do gestor transparecem o sentido que Glat (2007, p.344) afirma ao explicar que “a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem” para a importância sobre da inclusão escolar e as estratégias para tal intento, são mecanismos que atingem a todos.

Na entrevista com o coordenador, pode-se constatar que as transformações em decorrência da implantação ou trabalho significativo para inclusão escolar teve seu êxito com a busca de ações, pois essas geraram as formações grupais e compartilhadas de estratégias e percepções pedagógicas significativas, superando a ideia equivocada de que a “inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola” (GLAT, 2007, p. 347).

A gestão se demonstra ciente e sempre tenta fazer com que a equipe envolvida especialmente com o pedagógico deve estar atenta com as práticas inovadoras e atrativas aos educandos de maneira que estimulem a participação de todos. Segundo Gugel (2016, p. 30) a importância em “promover a informação e a educação que gerem uma compreensão mais ampla do princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento” parti da reflexão das práticas, assim, as falas de professores e gestores, acredita-se que através da partilha de preocupações e questionamentos, experiências e soluções vivenciadas é possível cada vez mais melhorar a qualidade educacional da escola.

Percebendo a relação professora e discentes, pode-se dizer que é bastante síncrona, a escola trabalha com a metodologia de duas professoras distintas em cada sala, mas não foi notado muita diferença na relação delas com as crianças, contudo, foi perceptível a dificuldade em lidar com as particularidades apresentadas pelas crianças.

Na entrevista com as professoras foi observado as expressões utilizadas pelas participantes, e a referência de algumas crianças com deficiências inseridas em sala, notou-se que a inclusão de alunos faz com que as professoras se sintam inseguras já que os desafios a serem enfrentados são muitos, como, por exemplo, a família, e sua formação.

Diante dos desafios enfrentados, elas se sentem despreparadas para receberem esses alunos. A professora 03, que é da turma B relata que nunca havia lidado com crianças autistas e ficou em choque quando o aluno de sua turma começou a bater nas janelas de repente na sala de aula. A mesma afirmou que existem situações que ninguém está preparado para lidar; a professora da turma A ressaltou que até irem entendendo a situação, a família e tendo ajuda de outros profissionais, tudo é muito tenso, e de fato todas concordam que não há como se preparar para eventuais episódios. Ao falarmos sobre a sala de AEE foi percebido que o projeto ou objetivo da sala em referência não consegue atender as demandas requeridas para a escola.

Apurou-se a partir dos diálogos entre as participantes que além do sentimento de falta de preparo para receber os alunos com deficiência, havia uma carência de material didático especializado que as auxiliasse nas atividades, situação em que perpetua a “história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão” (CARNEIRO, 2012, p. 82), mesmo diante da rede pública educacional.

A professora 02 comentou que todo o trabalho é acarretado somente ao professor em assumir com a responsabilidade no sentido de promover meios para desenvolver

atividades que atendam às necessidades educacionais desses alunos. Segundo as docentes, seria necessário um processo de mudança nesses quesitos, pois não eram oferecidos pelo poder público materiais didáticos. Na fala da professora, percebemos que os materiais didáticos propostos para auxiliar em sua prática pedagógica é visto como excludentes pois não conseguem atender toda a turma (MANTOAN, 2002), em paralelo a situação, compreendemos que acompanha a estranheza pelo docente em adaptar os materiais conforme as necessidades diversas dos seus alunos, talvez, o apoio necessário do pedagógico para que não só a sala de aula, mas a escola pudesse não ter a visão de que deva existir enquadramento de materiais didáticos específicos para cada deficiência, o entendimento parte de que no processo de ensino e aprendizagem as dificuldades são desafios que devem ser visto por todos envolvidos no processo. Educar é ação conjunta, com o pedagógico que enxerga diversidades e não a diferença.

As professoras mencionaram que é importante estarmos cientes e com propriedade de conhecimento o suficiente para identificarmos as deficiências, seja física ou psicológica, mas também conhecer sobre sua personalidade, vontades, desejos, o que só conseguem perceber ao decorrer do ano. Esse conhecimento proporciona elaborar uma proposta de atividades que seja mais adequada às capacidades, interesses e necessidades da criança.

A gente tem que entender as capacidades e os limites, todos estão em ritmos diferentes. Tem atividades que eu sei que eles não vão fazer, então eu tento preparar algo a mais para ele, mas se não der, eles acabam fazendo atividade com a massinha mesmo. (Professora 03).

Segundo as docentes entrevistadas, a criatividade tem que ser enorme para prestar atendimento as crianças, driblar a rotina diária para que o tempo desses alunos não se torne ocioso durante sua permanência na sala de aula. Contudo, no período em sala de aula, observado, notamos que ao ter que lidar com, às vezes 11 alunos, onde 2 tem alguma necessidade, diagnosticada ou não, a criatividade, a boa vontade, e o dinamismo acabam sendo colocados de lado e quase toda a aula não sai do quadro. Situação que expressa ainda aquela visão de abordagem tradicional do ensino, em que a aula expositiva continua em latência na prática pedagógica.

As escolas contam com apoio de estagiários que sempre ficam pela escola e estes apoiam os alunos com deficiência, seja dentro ou fora da sala de aula. As três professoras concordaram que é sempre de muita ajuda ter estagiários em sua sala.

Quando questionadas sobre a formação continuada, as participantes informaram que os cursos que obtiveram voltada aos conhecimentos da Educação Especial foram adquiridos com recursos próprios e que a Educação Superior não as preparou para a realidade em sala, na realidade, seria a preparação de práticas pedagógicas que tivesse a consciência da dimensão do universo da sala de aula. Portanto, as formações posteriores desses docentes foi um desejo para almejar a qualificação sobre nessa área.

Não existe um preparo, nem mesmo na nossa formação, uma coisa é falar sobre deficiência, mas na prática tudo se torna mais difícil. Fora que muitas famílias não continuam o que começamos aqui, e esse nem é um problema das famílias com crianças especiais, é de todas, então é como se fosse um trabalho diário perdido. (Professora 03).

Em relação às condições de trabalho e apoio oferecido em relação ao ambiente de trabalho, as profissionais entrevistadas afirmaram que a gestão escolar se manifestava no sentido de apoiá-las, viabilizando meios que favorecem um desenvolvimento satisfatório do planejamento das atividades. As docentes afirmaram que dentro do possível, a gestão é sempre muito aberta e se mantém solícita a ajudar como pode. Salientaram que a gestão escolar tem um papel muito significativo e presente em apoiar o docente no processo de ensino e aprendizagem do aluno, dando o suporte necessário, acatando ideias ou sugerindo meios que melhorem aspectos da escola. Mais uma vez ressaltaram que a gestão faz o possível, e por isso, a escola é a instituição responsável pela criação de espaços que garantam a locomoção, interação e relacionamentos dos alunos com ou sem deficiência (MANTOAN, 2002).

A escuta sobre o ambiente de trabalho, buscamos correlacionar se as condições em que se encontra a escola afetava o trabalho em sala de aula, esse ponto foi demonstrado pelas docentes que as condições da escola são ótimas e que exceto a localização das salas e a situação do atual refeitório – o mesmo ainda não está pronto, levando os discentes a fazerem o lanche nos corredores – não há o que reclamar. Uma das professoras destacou um problema do 4º ano, pois a escola possui um aluno cadeirante e todas as salas a partir do primeiro ano são no primeiro andar, exceto a dele e a do AEE.

Observando, percebe-se que, para a concretização de uma proposta inclusiva, é necessária parceria entre professor de classe regular, professor do AEE e família do aluno e comunidade escolar. O espaço escolar deve ser pensado, planejado e adaptado para a acessibilidade e o Projeto Político-Pedagógico articulado com tais necessidades (SANTOS; LIMA; SOUZA, 2021).

Quando questionadas sobre o papel do Estado acerca da educação pública, as participantes destacaram o papel do poder público, na necessidade de ter uma visão mais ampla para melhorar atendimentos educacionais através de políticas públicas.

Quanto aos aspectos escolares das crianças observadas, a maioria segue o mesmo ritmo e apenas algumas demonstram ser mais “avançadas”. A criança com autismo da turma A obedece a ordens simples, tem bom esquema corporal e reconhece algumas letras. O aluno com autismo da turma B tem dificuldade em realizar função bimanual e motricidade fina, podendo perceber dificuldades de socialização e de expressão oral, movimentos repetitivos, dificuldade de concentração nas atividades propostas, inquietação e limitação na comunicação. Assim, a importância em analisar o desenvolvimento do aluno autista, no que diz respeito ao brincar, incentivo as ações corporais de interações e vivência simbólica na prática pedagógica, desperta para uma prática pedagógica que estimule nessas ações a perspectiva de processos que devem favorecer e ofertar possibilidades de expressão e benefícios aos comportamentos de hiperatividade e impulsividade (PADILHA et al., 2017).

Familiares

As primeiras formas de interação, socialização e aprendizado da criança ocorrem na família, por isso se caracteriza como a primeira mediadora entre indivíduo e sociedade (SOUZA; CRUZ, 2021). Nesse entendimento, ao levar em conta que alguns entrevistados entre os quatro familiares que se dispuseram a participar das entrevistas, como: avó, avô, entre outros parentes, são responsáveis por alunos em idade escolar, temos a percepção dos

índices de vulnerabilidade que ocorre no âmbito econômico, social, entre outros. Muitos dos familiares apontaram uma questão perceptiva que assumem como lacunar sobre a inclusão na escola para seus filhos ou parentes. Mesmo que esses familiares elogiem bastante a gestão e as professoras, com as quais possuem uma comunicação efetiva, percebem que a escolarização não costuma ocorrer de maneira regular, algumas vezes, apontam que não contribui para a aquisição do saber e conhecimentos que as crianças deveriam adquirir na escola. Logo, outros familiares, apontaram a falta de recursos no ambiente escolar, esse ponto foi exposto por uma irmã mais velha de um dos alunos, que ao ser questionada sobre a estrutura identificou essa lacuna, pois mesmo a família estando satisfeita com a atual situação educacional e com a atenção que a irmã tem, a mesma não pode deixar de sonhar com algo a mais no sentido de evolução ou autonomia do estudante que representava.

Percebe-se que a severidade da deficiência e o grau de autonomia do discente podem influenciar a reação das famílias face a essa deficiência e a educação, como, por exemplo, os responsáveis do aluno autista da turma B demonstram mais desesperança na fala em relação ao futuro do filho. Fatores inerentes à estrutura familiar e a questão socioeconômica foram semelhantes, apenas uma família tinha pai e mãe presente em casa e todos contam com ajuda de familiares para conciliar trabalho e atividades do lar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que diversas são as dificuldades enfrentadas pelos docentes em relação à promoção de uma educação inclusiva. Compreende-se que as adaptações, quando necessárias, são tarefas dos professores, ou seja, a responsabilidade ao professor é imputada além das perspectivas pedagógicas, situação essa que fragiliza o trabalho educativo, podendo ser ações necessárias do conjunto pedagógico escolar, algo que deve ser considerado no planejamento escolar na perspectiva de uma Educação Inclusiva.

No caso dos professores do ensino regular que estão com os alunos com deficiência em suas salas de aula e no cotidiano escolar, o ideal é a parceria, quando possível, com professores do AEE para atuarem de maneira colaborativa. O que não impede de que os livros e materiais didáticos tragam sugestões de trabalho, considerando a diversidade presente nas escolas.

Sugere-se espaço para rodas de conversa com trocas de experiências, atuação mais próxima de gestores e, talvez, outros profissionais envolvidos na escola, dentre outras possibilidades. Ainda, destaca-se a necessidade de parceria entre os profissionais que atuam na sala e no AEE. Quanto a família dos educandos, o apoio se torna essencial para evolução no processo de ensino e aprendizado. Como colocado pelos participantes, há famílias presentes e participantes em que o apoio oferecido beneficia toda a escola.

A pesquisa teve a pretensão de trazer reflexões acerca da prática pedagógica como atividade que permite aos educadores avaliar as possibilidades em sala de aula e estabelecer o vínculo com os discentes, como sujeitos que merecem ser respeitados no processo de ensino e aprendizagem, adequar o direito a Educação às diversidades que existem na sala de aula, inclusive diante dos alunos com deficiência. Decerto, a experiência desses docentes e a percepção dos estudantes dialogam para retomarmos a reflexão e transformações para as políticas educacionais que incidem nas escolas e consequentemente nas práticas e formação docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. *Práxis Educacional*, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Available at: <http://hdl.handle.net/11449/124965>. Acesso em: 29 de dez 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 8 ago 2022

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; SOUZA FONTES, R. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Educação [em linha]*. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117117241006>. Acesso em: 29 de dez 2022.

GUGEL, Maria Aparecida. *Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta*. Goiânia: Ed. da UCG, 2016.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 21 de jan 2022.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. 14ª, São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, M. T. E. Ensinando a turma toda - as diferenças na escola. *Revista Pátio*, Porto Alegre – RS, Ano V, nº 20, p.18-28, 2002. Disponível em: [https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Comissoes/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Ensinar a turma toda.pdf](https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Comissoes/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Ensinar%20a%20turma%20toda.pdf). Acesso em: 11 set. 2023

MARTINS, E. S.; COSTA, E. A. da S.; ALMEIDA, S. M. N. de; SILVA, F. V. S. da. Política pública de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: estudo de caso no município de Aracoiaba-CE. *Revista Triângulo*, Uberaba - MG, v. 10, n. 2, p. 142–162, 2018. DOI: 10.18554/rt.v10i2.2606. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/2606>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2004. Brasília: MEC/INEP, 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 08 de junho de 2022.

PADILHA, D. B. S. *et al.* A psicomotricidade para autistas nas aulas de educação física do ensino fundamental I. *Revista Gestão Universitária*, nov. 2017. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-psicomotricidade-para-autistas-nas-aulas-de-educacao-fisica-do-ensino-fundamental-i>. Acesso em: 11 set 2023.

PIRES, E. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. EDITORIAL, 2. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, Jan-Mar, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001>. Acesso em: 27 de dez 2021.

SANTOS, C. C. A. dos.; LIMA, M. S. L.; SOUZA, A. S. de M. . Projeto Político Pedagógico: diálogos possíveis na vivência escolar. *Ensino em Perspectivas*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–10, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6236>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SOUZA, A. S. M.; XIMENES, D. C. M.; MEDEIROS, J. L. A educação como necessária à efetivação dos Direitos Humanos. In: Marcos Adriano Barbosa de Novaes; Leliana Rebouças Freire; Jarles Lopes de Medeiros; Daniela Glicéa Oliveira e Silva;. (Org.). *Educação, Estado e Políticas Públicas*. 1ed.João Pessoa: Ideia, 2019.

SOUZA, D. S.; CRUZ, D L. F. A educação infantil no Brasil: a perspectiva no Estágio Supervisionado . *Cadernos do GPOSSHE On-line*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2021. DOI: 10.33241/cadernosdogposshe.v5i1.7473. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/7473>. Acesso em: 14 ago. 2023.

TAFFAREL, C. N. Z.; CARVALHO, M. S. A extinção da SECADI: um golpe fatal nas conquistas no campo da educação. *Cadernos do GPOSSHE On-line*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 84–90, 2019. DOI: 10.33241/cadernosdogposshe.v2i1.1523. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1523>. Acesso em: 14 ago. 2023.

Informações do(a)s autor(a)(es)

Nome do autor: Brenda Emilly Rocha Martins

Afiliação institucional: Universidade Estadual do Ceará-UECE.

E-mail: brendaemillyrm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7476-830X>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4801827415167741>

Nome segundo autor: Antoniele Silvana de Melo Souza
Afiliação institucional: Universidade Estadual do Ceará
E-mail: antonieie.asms@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0278-2275>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7626016475687845>

Nome segundo autor: Elcimar Simão Martins
Afiliação institucional: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
E-mail: elcimar@unilab.edu.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5858-570>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6354389593320758>